

## LUZ, MOOCA E BRÁS, NÃO ESQUECEREMOS JAMAIS! (UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA DA REVOLUÇÃO DE 1924)

*Paulo Paranhos*

**Resumo:** *O centenário da revolução paulista de 1924 à luz de entendimentos das atuais pesquisas, com fundamentação em monografias, dissertações e teses.*

**Abstract:** *The centenary of the São Paulo revolution of 1924 in the light of understandings from current researchs, based on monographs, dissertations and theses.*

### **Introdução**

A Revolução de 1924, à qual pouca relevância foi dada pela historiografia nacional por muitos anos, reacende o seu interesse por ocasião do centenário do movimento que abalou a capital paulista e que se ramificou para outros estados da federação.

Consideramos que o movimento merece uma revisão historiográfica com mais pesquisas, pois escapa à nossa compreensão que a produção, por exemplo, de livros sobre o tema não chegue à casa de dois dígitos, o que surpreende, pois foram 23 dias de conflito, onde os paulistanos se viram à mercê de bombardeios, tiroteios, combates de rua, utilização de equipamentos bélicos pesados e até mesmo uso da força aérea de ambos os lados – legalistas e revoltosos.

Assim, ao se completarem 100 anos de sua triste memória, parece que os paulistanos ainda não compreenderam bem a extensão daquele momento, do que representou a incursão violenta e sangrenta pelos mais diversos bairros da capital, mais intensamente no Brás, na Mooca, na Luz, no Centro e até mesmo na Vila Mariana e no Belenzinho. Os destinos da capital, durante 23 dias, estiveram propensos para um lado ou para o outro, e nossa incursão neste tema trará detalhes sobre esse momento delicado e que não deve ser olvidado pelas gerações presentes e futuras, pois, conforme a historiadora Ilka Stern Cohen demonstrou em um de seus artigos, as marcas daquela tragédia ainda são visíveis na cidade.

Um olhar sobre a historiografia que trata do tema foi, efetivamente, a motivação liminar deste artigo, realçando-se pesquisas importantes que foram produzidas a partir da década de 1960, quer através de livros (ainda que poucos), quer através de trabalhos acadêmicos nas mais diversas instituições de ensino do país. Exemplo disso é a pesquisa pioneira dedicada à rebelião militar de 1924,

materializada na tese de doutorado de Anna Maria Martinez Correa, depois transformada em livro, *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. Nessa esteira, vieram outras monografias, dissertações e teses de grande relevância para o estudo da revolta, como demonstrado ao longo deste artigo.

Para os que pretendem aumentar o conhecimento sobre aqueles tempos, lembramos que a Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo são detentores de significativo acervo sobre esse doloroso momento por que passou a cidade de São Paulo.

### Antecedentes

A Revolução de 1924 foi um levante militar organizado por jovens oficiais do Exército brasileiro que pretendiam derrubar o governo de Arthur Bernardes, descontentes com os rumos da política nacional. Talvez fosse simples assim, mas na realidade essa revolta, ocorrida essencialmente na capital paulista, e que durante anos viveu no esquecimento da historiografia, tem raízes mais profundas no seio da classe militar, principalmente na jovem oficialidade que fora educada à luz da filosofia positivista que medrou na oposição ao império, com relevância para nomes como Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Lopes Trovão e Aristides Lobo, que praticamente colocaram no colo do marechal Deodoro da Fonseca a responsabilidade pela proclamação da República; somem-se a isso os resquícios do movimento havido na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1922, conhecido como Levante dos 18 do Forte de Copacabana, revolta essa também liderada por jovens oficiais do Exército, e que, de igual forma, insurgiam-se contra os desmandos cometidos pelo governo de Epitácio Pessoa e o não alinhamento à política do presidente que o sucederia, Arthur Bernardes, e mais um fato agravante, que talvez pode ser considerado como um dos fatos imediatos ao 5 de julho de 1922: a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar, do qual ele era o presidente.

Politicamente, os primeiros anos da República foram claramente dominados pelas coligações entre o Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano Paulista, que se alternavam na presidência da República, sem que houvesse qualquer vislumbre para a implantação do voto secreto<sup>1</sup> nas eleições e muito menos qualquer aceno de reforma política no país. Ressalte-se que na República Velha, para presidente e vice-presidente, as eleições eram realizadas em cédulas, separadas, uma para cada cargo, e eram considerados eleitos os candidatos que obtivessem 2/3 dos votos recolhidos. Os títulos não tinham fotos e o pleito não alcançava nem 10% da população.

Na realidade, essa disputa era praticamente uma herança política do Império, à época com a alternância de liberais e conservadores no gabinete ministerial, pois o que iremos encontrar no cenário dos primeiros anos do século XX era uma troca de poder entre paulistas e mineiros, consubstanciada na chamada “política dos governadores” inaugurada por Campos Sales (1898-

1 O voto secreto só foi instituído pelo Código Eleitoral de 1932.

1902). Sobre essa política, que para muitos era um esquema bem engendrado pelas oligarquias dos Partidos Republicanos (paulista e mineiro), deixemos que o professor Francisco Iglésias nos auxilie em sua compreensão:

*De acordo com esse esquema, tem-se uma composição entre o governo federal e os estaduais. O presidente da República estabelece acordos com os presidentes dos estados, de modo a obter apoio de todos os seus atos: os presidentes dos estados apoiariam o da República, bem como levariam os senadores e deputados obedientes às suas ordens. Em troca desse apoio, que garantia ao governo livre ação, o presidente da República apoiava toda a política dos estados, o que significava sobretudo a nomeação dos funcionários em cada local feita por indicação dos chefes regionais: Justiça, polícia, escola e mais atividades eram assim escolhas de gente de confiança absoluta do presidente do estado. Este, por sua vez, compunha-se com os chefes municipais, usando o mesmo artifício: apoio irrestrito em troca de apoio, ou melhor, favores (1993, p. 208).*

Essa prática, contestável sob muitos aspectos, desembocaria no Convênio de Taubaté, de 1906, que estabeleceria as bases estratégicas para maior valorização do café. Dizia-se no império que nada era mais parecido com um liberal do que um conservador, e vice-versa! As oligarquias que dominaram o cenário político da República Velha poderiam ser caracterizadas da mesma forma, ou seja, nada mais parecido com um integrante do PRP do que um integrante do PRM!

### **Tenentes rebelados**

*O sentido do tenentismo*, cuja primeira edição data de 1933, foi um dos primeiros livros onde encontramos o termo “tenentismo”, associando-o às crises dos anos 1920 – levante dos 18 do Forte de Copacabana de 1922, rebelião em São Paulo em 1924 e a Coluna Prestes. A obra é de Virgílio Santa Rosa que identificou os tenentes como *membros da classe média e defensores de seus anseios políticos, contra as elites políticas agrário-exportadoras* (1976, p. 12). Para o autor, a motivação que conduziu a essa liderança dos tenentes foi, basicamente, a ausência de canais institucionais por meio dos quais a classe média pudesse exercer oposição ao governo federal. Poder-se-ia dizer que, em parte, Santa Rosa estava coberto de razão.

No entanto, muitos que pesquisaram sobre o movimento tenentista consideram que essa ideia de Santa Rosa começou a sofrer contestação sistemática a partir dos anos 1960, quando por ocasião da publicação da obra *A Revolução de 1930, magnum opus* do historiador Boris Fausto<sup>2</sup>, que argumentou que o tenentismo dos anos 1920 teria sido na verdade

*Um movimento política e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião. As explosões de rebeldia – da Revolta do Forte de Copacabana à Coluna Prestes – ganham gradativa importância e consistência, tendo no Rio Grande do Sul uma irradiação popular maior*

2 A primeira edição veio à luz em 1970.

*do que em outras regiões. Elas se iniciam, em regra, com o caráter de tentativa insurrecional independente dos setores civis e, embora este quadro pouco a pouco se modifique, até se chegar ao acordo nacional com as oligarquias dissidentes na Revolução de 1930, o desencontro de caminhos permanece* (1972, p. 57).

Na visão de Boris Fausto, os tenentes têm como traço essencial de sua ideologia a responsabilidade da salvação nacional, como guardiões da pureza das instituições republicanas, em nome de um povo indefeso. No entanto, para esse historiador, trata-se de um movimento substitutivo e não organizador do “povo”.

*Não obstante, têm eles, na década de 20, uma espécie de reconhecimento de sua escassa preparação para assumir as tarefas da elite dirigente e procuram em figuras civis conservadoras (o conselheiro Antônio Prado, o ex-Presidente Venceslau Brás), os quadros políticos de substituição* (1972, p. 58).

Notamos também que, segundo ainda Boris Fausto, no âmbito limitado da revolta do Forte de Copacabana, estão presentes

*Em sua extensão, o isolamento, a desconfiança para com os civis e, ao mesmo tempo, a consciência da impossibilidade de entregar o poder a um nome saído das próprias fileiras tenentistas, que se revela nas articulações com o conselheiro Antônio Prado* (idem).

E ainda reforça em sua tese, após a leitura de escritos deixados pelo então major Juarez Távora, que essas características persistem

*Mas já com várias alterações, em um episódio de amplitude maior – a Revolução de 1924 em São Paulo. As tentativas de se organizar setores civis para integrá-los em um movimento que deveria se estender a vários Estados foram muito limitadas. Houve apenas alguns contatos com a dissidência paulista, os civis gaúchos, influenciados pelo Partido Libertador, que vinham de uma longa luta no Estado contra Borges de Medeiros, só foram procurados quando a revolução estourou. No curso dos acontecimentos, Plínio Casado, na Câmara Federal, em nome dos libertadores, apoiou o governo, sob a alegação de que aquela não era uma verdadeira revolução, mas uma quartelada, enquanto a antiga dissidência paulista foi ao Rio de Janeiro afirmar sua solidariedade ao governo do Estado da República* (idem).

Contudo, não podemos desconsiderar que a visão de Santa Rosa – uma visão ainda calcada na historiografia tradicional do século XIX, muito marcada pelo positivismo histórico –, era uma visão da história política tradicional. O que não se pode, no entanto, é desconsiderar a sua produção, mesmo porque, conforme já assinalado, foi o primeiro a usar o termo “tenentismo”, que ficaria perpetuado para marcar esse movimento contestatório da jovem oficialidade do Exército. Tudo, evidentemente, diferente da proposta de Boris Fausto, que produz uma

trajetória historiográfica com grande influência da Escola dos *Annales* (não fosse ele um discípulo de Lucien Febvre e Marc Bloch, quando de sua graduação em História na USP), daí essa nova visão que empresta ao movimento dos tenentes da década de 1920, considerando muito mais a chamada “história das mentalidades” e transcendendo as fronteiras daquela história tradicional, na qual, sem dúvida, Santa Rosa tinha raízes<sup>3</sup>. Aliás, Boris Fausto enaltece a obra de Santa Rosa na primeira orelha de sua principal obra.

Vejamos também que no ano de 1976, quase concomitantemente, surgem duas importantes obras: a do professor Edmundo Campos Coelho – *Em busca da identidade: o Exército e Política na Sociedade Brasileira*, e a da professora Anna Maria Martinez Corrêa – *A rebelião de 1924 em São Paulo*, ambas acentuando o caráter militar dos movimentos tenentistas dos anos 1920; o professor Campos Coelho relevou *que os movimentos de 1922 e 1924 representaram o descontentamento dos revoltosos contra o regime político e o governo, de uma perspectiva do exército e não da classe média* (1976). Já a professora Anna Maria Martinez Correa, uma das pesquisadoras que melhor entenderam e descreveram o movimento, praticamente concordando com a teoria esposada por Boris Fausto, anotou que

*O movimento de 1924 situa-se dentro de um quadro geral, onde um grupo especial de militares, constituído principalmente de jovens – “os tenentes”, preocupado com a integridade do poder político, chegou a manifestar por várias vezes de diferentes maneiras sua posição crítica diante do poder estabelecido, assumindo por vezes uma atitude de contestação* (1976, p. 1).

A citada professora avança em sua análise apontando que a argumentação dos militares, fossem revolucionários ou sediciosos

*Fundava-se na idealização da República tal como havia sido construída em 1889. Nas mãos dos civis, as proposições iniciais, defendidas pelos militares e institucionalizadas em 1891, teriam sido deturpadas. Sentiam então a necessidade de restaurar a República, nos moldes de 89, livrando-a dos vícios criados pelos civis. Para isso se apegavam à Constituição que deveria, a todo custo, ser respeitada. Apoiados na Constituição, procuraram justificar um movimento que se realizava fora do âmbito legal. Para a realização do que propunham os processos legais eram ineficazes. Daí a necessidade da utilização da violência* (Corrêa, 1976, p. 2).

<sup>3</sup> Segundo o professor José D’Assunção Barros, a Escola dos *Annales*, em busca de sua conquista territorial da História, precisava enfrentar as tendências historiográficas então dominantes, mas também se afirmar contra uma força nova que começava a trazer métodos e aportes teóricos inovadores para o campo do conhecimento humano: as nascentes Ciências Sociais. Assim, propunha uma abordagem interdisciplinar da história, incorporando elementos da sociologia, geografia, antropologia e economia (Barros, 2010, p. 79).

Ainda nessa mesma linha, é José Augusto Drummond, contando com o auxílio dos ensinamentos da professora Maria Cecília Spina Forjaz, quem nos apresenta as características que deram singularidade ao movimento dos tenentes:

*Muitos oficiais jovens, num movimento coletivo e duradouro, identificam a “deturpação da república” com o “vilipêndio do Exército” e promovem revoltas violentas para regenerar o poder político nacional, entrando em choque com a cúpula militar e a maior parte do corpo de oficiais que não assumem o idealizado papel político arbitral do Exército. A reunião de todos esses elementos, durante tantos anos, no interior de uma instituição hierarquizada e que requer coesão, mostra que o tenentismo, observado dentro do Exército, nada tem de “amorfo” ou “inconsistente” (como muitas vezes se diz quando se estudam suas propostas políticas mais específicas, e muito menos de “liberal-democrático”, como diz Maria Cecília Spina Forjaz (Drummond, 1986, p. 63).*

Analisando as colocações desses insignes autores – todas merecendo o mais meritório crédito – e somando-se a percepção da classe militar forjada no decorrer da República Velha, tendo passado pelos governos de Deodoro e Floriano Peixoto, com o interregno representado pelo governo do marechal Hermes da Fonseca, podemos arriscar dizer que o movimento tenentista vem na esteira de um descontentamento social provocado não só pelos desmandos governamentais, como também pela insistência na condução de uma economia essencialmente primária, onde estados agroexportadores como São Paulo e Minas Gerais dominavam a política econômica – desde Campos Sales – sem que uma luz guiasse o governo na direção de mudanças de rumo como um maior incentivo à industrialização dos estados da federação.

Opositores a esse “revezamento” queriam, na verdade, uma revisão do Convênio de Taubaté, que praticamente concedeu especiais regalias ao hegemônico grupo dos cafeicultores. *O economista Celso Furtado considerou que esse mecanismo econômico existente desde Prudente de Moraes, poderia ser chamado de “socialização das perdas”* (Silva e Carneiro, 1975, p. 36).

Aliada à questão da economia nacional, observamos que a campanha sucessória do presidente Epitácio Pessoa, gestada pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais<sup>4</sup>, desencadeou um conflito entre parte das forças armadas e o grupo dirigente, que culminou nos primeiros movimentos armados dos tenentes. Essa mesma campanha eleitoral gerou um momento de aguçamento das divergências internas das oligarquias opositoras. Assim, contra a candidatura de Arthur Bernardes, criou-se uma Reação Republicana, apresentando a candidatura do fluminense Nilo Peçanha para a presidência da República, no pleito de 1922.

Desta forma, a rebeldia oligárquica e a rebeldia militar que se associaram

---

4 Epitácio foi eleito em 13 de abril de 1919, sucedendo a Rodrigues Alves, eleito em 1º de março de 1918, que, com a saúde abalada ficou impossibilitado de tomar posse, assumindo interinamente o vice-presidente, Delfim Moreira. Rodrigues Alves faleceu em 16 de dezembro do mesmo ano. Epitácio venceu o opositor Rui Barbosa no pleito de 1919.

para combater o regime vigente se originaram, de um lado, pela honra de parte do Exército que se sentiu ofendida pela política de Epitácio Pessoa, que nomeou civis para as pastas militares e recusou o aumento dos soldos, mas, principalmente, pelas “cartas falsas”, insultuosas ao Exército e atribuídas ao candidato situacionista; por outro lado, temos a ambição de maior participação nas decisões dos setores não cafeeiros, que em sua luta pelo poder utilizaram a insatisfação militar de caráter corporativista como um escudo às suas pretensões políticas e econômicas.

À luz da historiografia existente sobre a República Velha, pode-se considerar que o governo de Epitácio Pessoa foi um campo fértil para esses movimentos contestatórios, maiormente levando-se em conta o movimento da jovem oficialidade do Exército brasileiro. Aliás, é José Maria Bello quem, lucidamente, estabelece um quadro definitivo para entendermos a razão dessas revoltas militares:

*O fim da presidência Epitácio Pessoa assinalava o início da campanha revolucionária que, tão deturpada no seu tormentoso curso, desaguarda no movimento vitorioso de 1930 e no Estado Autoritário de 1937. Não seria arbitrário também dizer que ela encontraria, embora tão diversas as aparências, sua gênese na reação civilista<sup>5</sup> de doze anos antes... Desta forma, não nos é difícil concluir que nos movimentos subversivos que agitaram o Brasil entre 1921 e 1930 (teriam surgido provavelmente em 1914 ou 1915, se não fora a conflagração mundial) se confundiriam velhos desencantos, sinceros desgostos, reflexos da crise universal, ambições de toda natureza, demagogia vulgar, intuítos subalternos, amor à aventura e à desordem (Bello, 1964, p. 249).*

Epitácio Pessoa (que era paraibano), que acenava com um afastamento do conluio político-partidário representado por São Paulo e Minas Gerais, criou expectativas na sociedade que, ao fim, não se concretizaram. Vê-se que Epitácio, ainda em campanha, teria dado mostras de uma tênue esperança de mudanças na política econômica do país; contudo, praticamente se rendeu à impetuosidade representada pelos PRs de São Paulo e Minas Gerais. Tudo isto desagradou tanto a militares quanto a civis, sendo que para os militares, conforme já assinalado, a nomeação de dois civis – Pandiá Calógeras e Raul Soares – para ocuparem, respectivamente, a pasta do Exército e da Marinha, gerou um clima de grande insatisfação.

Junte-se a tudo isto o episódio das mencionadas “cartas falsas”, atribuídas

---

<sup>5</sup> Designação dada à participação de [Rui Barbosa](#) na corrida presidencial de 1910, contra o marechal [Hermes da Fonseca](#). A campanha civilista representou a primeira grande quebra na [política do café com leite](#). Em 1910, ao contrário de boa parte das disputas que ocorreram durante a [República Velha](#), os PRs de Minas Gerais e São Paulo estiveram em lados opostos. A desavença se formou, de um lado, por divergências na política mineira e, de outro, pela tentativa de o Rio Grande do Sul ocupar um lugar de destaque no cenário nacional, fugindo da divisão instituída pela [política dos governadores](#). A morte do presidente [Afonso Penna](#) aprofundou uma crise política que culminou no retorno dos militares ao poder.

pelo jornal *Correio da Manhã*, em outubro de 1921, a Arthur Bernardes, que teria se referido ao marechal Hermes da Fonseca como um “sargento sem compostura” e a alguns generais de “anarquizadores”. As cartas acirraram ainda mais os ânimos já exaltados dos militares contra Epiácio Pessoa, mesmo se tendo apurado posteriormente que as mesmas não foram de autoria do candidato à presidência. É um dos participantes do movimento, o então tenente Juarez Távora, quem lança mais luz à questão:

*Autêntica ou apócrifa, foi essa malfadada carta o ponto de partida da crise político-militar, que deveria sacudir o país durante os dez anos seguintes. Tornara-se visível, em muitas guarnições militares, o descontentamento da oficialidade do Exército com a eleição e reconhecimento do Sr. Arthur Bernardes para presidente da República, sobretudo na capital federal (1974, p. 113).*

#### Marcha dos tenentes saídos do Forte de Copacabana<sup>6</sup>



Assim, o movimento tenentista que se deflagra em 1922 transita, necessariamente, por todas essas questões, agravando-se muito, conforme já mencionado, com a prisão do marechal Hermes da Fonseca em 2 de julho e o fechamento, por seis meses, do Clube Militar. Nessa “fase heroica”, de acordo com o que consta do artigo do professor Mário Cléber Martins Lanna Júnior, o tenentismo, como movimento de conspiração, *pegou em armas para lutar contra as oligarquias dominantes, surgindo nesse período (1920-1930) como única alternativa aos anseios das classes médias populares, ainda que tenha se mantido fiel à defesa da ordem e das instituições* (2003, p. 316).

6 **Fonte:** [https://www.kuadro.com.br/resumos-enem-vestibulares/historia/primeira-republica/movimento-tenentista-%E2%80%93-a-revolta-dos-18-do-forte-de-copacabana-\(1922\)-e-a-revolucao-paulista-\(1924\)?id=1132&topicId=8063](https://www.kuadro.com.br/resumos-enem-vestibulares/historia/primeira-republica/movimento-tenentista-%E2%80%93-a-revolta-dos-18-do-forte-de-copacabana-(1922)-e-a-revolucao-paulista-(1924)?id=1132&topicId=8063). Acesso em: 13 abr. 2024.



### **O que motivou a revolução de 1924**

Para compreendermos a motivação dessa revolta, devemos voltar nossas atenções para o delicado contexto social do país na década de 1920, realçando que a economia brasileira passava por uma grave crise econômica, influenciada pela queda nas exportações, considerando-se que o mundo vivia praticamente o fim da Primeira Grande Guerra. Além disso, assistia-se a um momento político conturbado, em especial pela insatisfação de vários estados com a chamada “política do café com leite”, pois o protecionismo econômico nacional, principalmente ao café, gerava descontentamentos naqueles que não pertenciam a essa classe de produtores; não menos relevante nesse cenário é que se tornava urgente e indispensável uma revisão no sistema eleitoral, no sistema judiciário e no ensino público.

Assim é que uma oposição representada pelos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, insurge-se contra os situacionistas (paulistas e mineiros), unindo forças na chamada “Reação Republicana”, tendo como bandeira principal que o governo federal também desse atenção a outros produtos produzidos no país, e não somente ao café.

No ano de 1922 o país se viu envolvido com eleições, emergindo dois candidatos ao Palácio do Catete: Nilo Peçanha, da chamada Reação Republicana, e Arthur Bernardes, representante do Partido Republicano Mineiro. A vitória de Bernardes pode ser considerada também como a gênese de alguns problemas, principalmente o descontentamento dos militares, que não viam com bons olhos essa continuidade da Velha República e se insurgiriam contra o resultado das eleições que, repise-se, não eram nem secretas nem populares.

Movimentos militares contrários à política do governo espoucaram em várias partes do país, com destaque para a revolta do Forte de Copacabana, aliás, com um desfecho trágico em 5 de julho. Porém, esse descontentamento não iria arrefecer, haja vista que, no decorrer de 1923, vários deles, insatisfeitos, articularam uma nova conspiração, organizando “centros cívicos” em vários estados para, através dali, deflagar um plano de insurreição cujo objetivo era a deposição do presidente Arthur Bernardes e a implantação de um programa revolucionário, mesmo que não houvesse qualquer projeto mais robusto de governo.

O movimento foi liderado pelo general reformado Isidoro Dias Lopes e pelos capitães Joaquim e Juarez Távora, contando com a participação de Antônio de Siqueira Campos e Eduardo Gomes<sup>7</sup>, remanescentes da revolta do Forte de

---

<sup>7</sup> Eram jovens oficiais do Exército brasileiro, imbuídos das motivações que levaram outros tantos ao combate. Eduardo Gomes seria, adiante, o criador do Correio Aéreo Nacional, e com a criação em 1941 do Ministério da Aeronáutica o seu primeiro ministro. Foi candidato à presidência da República em duas oportunidades, sendo, no entanto, derrotado por Eurico Dutra e Getúlio Vargas. Juarez Távora foi em diversos governos ministro de estado. Joaquim Távora não resistiu a um ferimento na revolução de 1924. Antônio de Siqueira Campos faleceu em 1930 num desastre aéreo, após participar também ativamente da Coluna Prestes. Esse acidente foi o primeiro da aviação comercial da América do Sul, ocorrido com um hidroavião francês que fazia a rota de Buenos Aires para Porto Alegre.

Copacabana. A articulação também contava com o apoio de Nilo Peçanha, candidato derrotado.

Vejam os que José Augusto Drummond fala sobre o porquê de o comando ter sido dado ao general Isidoro Dias Lopes para o início do movimento em São Paulo:

*Houve contramarchas na conspiração de 1924 em São Paulo; houve, por exemplo, a dificuldade de encontrar um comandante militar de patente elevada; foi só depois de muita relutância que Isidoro Dias Lopes aceitou liderar a conspiração da qual vinha participando, pois não se considerava suficientemente “prestigiado” no Exército. De fato, Isidoro nunca alcançou renome profissional entre seus pares, e a insistência dos jovens tenentes tinha em vista outra faceta de Isidoro, quando jovem oficial, ele fora um rebelde, integrando com destaque o estado-maior das principais forças da Revolta Federalista, em 1893-95. Enquanto Isidoro esteve indeciso, os tenentes cogitaram até convidar o general Abílio de Noronha, comandante da Segunda Região Militar, sediada em São Paulo, apesar de ele nunca ter mostrado qualquer inclinação rebelde (Drummond, 1986, p. 102).*

Na realidade, segundo o mesmo autor, ao procurarem o comando de oficiais de alta patente e com prestígio no Exército,

*Os tenentes revelavam sua valorização do preceito militar da hierarquia, valorização essa que não é tão “simbólica” quanto possa parecer; há um importante raciocínio realista, prático e operacional embutido nessa busca, pois os tenentes sabiam que líderes bem situados na hierarquia eram capazes de precipitar adesões de outros oficiais a eles ligados, seja por subordinação, seja por camaradagem, seja pelo mero exemplo (idem, p. 103).*

Lembremos que no episódio dos 18 do Forte o grande líder dos tenentes revoltosos era o marechal Hermes da Fonseca, naquele momento o oficial mais graduado e presidente do Clube Militar, e, ainda mais, um ferrenho opositor à candidatura de Arthur Bernardes.

Assim é que Hermes da Fonseca, Isidoro Dias Lopes, José Calasans e, mais tarde, Góis Monteiro, *representavam para os tenentes a possibilidade de importante e nada fictícia de catalisar apoio de última hora dentro da oficialidade do Exército, arrastando colegas mais próximos e/ou hesitantes para a rebelião (Drummond, 1986, p. 103).*

Também podemos acrescentar que, independentemente da violenta repressão ao movimento de Copacabana, outra grande insatisfação militar veio na esteira da decisão de dezembro de 1923, e esse episódio calou fundo na jovem oficialidade do Exército, inclusive em alguns segmentos de mais alta patente: os oficiais que se envolveram no levante de 1922 foram julgados com base no artigo

Caiu em território uruguaio e o traslado do corpo de Siqueira Campos foi feito para o Rio de Janeiro através de um navio francês, uma vez que o governo de Washington Luís não permitiu que fosse transportado em embarcação brasileira.

107 Código Penal vigente, que previa o *banimento aos cabeças, e aos corrêus a reclusão por cinco a dez anos, por tentarem, diretamente e por fatos, mudar por meios violentos a Constituição política da República, ou a forma de governo estabelecida*, o que levava, inclusive, à perda de patente e expulsão do Exército. Foram condenados, ao todo, 73 oficiais do Exército, sendo 1 general, 3 coronéis, 1 tenente-coronel, 2 majores, 12 capitães, 52 primeiros-tenentes e 2 aspirantes.

A escolha dos conspiradores para esse novo movimento recaiu na cidade de São Paulo, num movimento que deveria contar com a adesão de outros tantos em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. A professora Anna Maria Martinez Corrêa nos esclarece o porquê da escolha pela capital paulista como ponto de partida para a Revolução:

*Residia no fato de São Paulo ser uma cidade em ritmo acelerado de crescimento, onde se notava um início de prosperidade industrial. A ocupação de uma cidade nessas condições poderia garantir aos revolucionários uma sólida posição dentro da estratégia geral de sua luta. São Paulo funcionaria como ponto de concentração do movimento revolucionário. Apesar de claramente definidos os objetivos da tomada do poder, os planos elaborados diziam respeito apenas à primeira parte, isto é, à ocupação militar da cidade de São Paulo, com o estabelecimento de relações com as unidades do interior do Estado e Mato Grosso, Paraná, Centro e Sul de Minas Gerais, provocando o isolamento do Rio de Janeiro (1976, p. 79).*

Um outro olhar sobre o porquê da escolha de São Paulo para a revolta de 1924 vem também através de um estudo da professora Juliana Martins de Oliveira Santos, que trazemos a este artigo como uma importante contribuição. A referida professora indaga em seu estudo: *por que escolher essa cidade como cenário da revolução?* E apresenta três diferentes *chaves*, que foi buscar nas análises anteriormente feitas pelas historiadoras Vavy Pacheco Borges e Ilka Stern Cohen:

*A primeira seria começar o movimento em São Paulo para garantir a tomada do porto de Santos e o Vale do Paraíba, para então ir em direção ao Rio de Janeiro depor o governo federal; a segunda é apresentada por uma fala de Joaquim Távora, de que as mais importantes decisões políticas do país foram tomadas na cidade, como a proclamação da Independência, da Abolição da escravatura e a proclamação da República, e que então o que acontecesse em São Paulo “sairia grande”; e por último a possibilidade de adesão da elite política dissidente do Partido Republicano Paulista e da classe operária, que propagaria a ideia da revolução (2019, p. 29).*

Assim é que, dentro de um planejamento mais geral,

*A estratégia consistia em garantir para o comando militar uma posição definida a fim de abalar a situação governamental. Para isso escolheu-se a guerra de decisão rápida, violenta e centralizada com o deslocamento e concentração de forças em locais estrategicamente sensíveis. As operações táticas deveriam ocorrer dentro de um prazo rigorosamente estipulado. A ocupação da cidade de São Paulo deveria*

*ser feita em poucas horas. O deslocamento e concentração de forças deveriam realizar-se num tempo determinado. O ponto estratégico mais importante na colocação das tropas era Barra do Pirai, onde, num prazo de 24 horas, deveriam estar colocadas as tropas que fariam o bloqueio da descida da Serra do Mar, em direção ao Rio de Janeiro (Corrêa, 1976, p. 80).*

Escolhida a mesma data de 5 de julho para o início da insurreição, os revoltosos pretendiam rapidamente ocupar as ruas da capital paulista, abrindo trincheiras, sublevando os quartéis, ocupando o palácio do governo e organizando uma marcha revolucionária para forçar a deposição do presidente no Rio de Janeiro. José Augusto Drummond nos fornece detalhes sobre a escolha da data da deflagração da insurreição:

*O dia da revolta só foi decidido depois que Isidoro resolveu aceitar o comando das operações (pois nenhum general da ativa se engajou). A data escolhida, 5 de julho, foi uma opção intencional para apregoar a continuidade em relação a 5 de julho de 1922. O sentido simbólico é inegável, mas é também verdade que a conspiração da jovem oficialidade esteve virtualmente interrompida em vários momentos entre julho de 1922 e dezembro de 1923 (1986, p. 105).*

A mesma professora Anna Maria Martinez Corrêa dá outras informações sobre o planejamento do movimento:

*A queda militar da cidade de São Paulo não só era garantia necessária para o prosseguimento do plano como ainda se esperava que ela ocorresse em algumas horas. Posto em execução o plano, que sobre os mapas havia resultado eficiente, começou a enfrentar os imprevistos. A ação deveria se desenvolver a partir de dois centros de articulação: o quartel do 4º BC de Santana e parte do quartel de Quitaúna que deveriam sublevar-se simultaneamente (1976, p. 111).*

### **Deflagração da Revolta**

Às primeiras horas de uma madrugada fria do dia 5 de julho, os revolucionários, após tomarem o 4º Batalhão de Caçadores, rumaram para o Quartel-General da Força Pública, sob a liderança dos tenentes Asdrubal Gwayer de Azevedo e Luís Cordeiro de Castro Afilhado e dos capitães Newton Estilac Leal, e dos irmãos Joaquim e Juarez Távora. Contando com o auxílio do major Miguel Costa, tomaram de assalto o 4º e o 2º batalhões de Polícia. O tenente João Cabanas, com sua tropa, ocupou a Estação da Luz. *Sob o comando do major Marcílio Franco, bombeiros e praças do 1º Batalhão da Força Pública ocuparam postos policiais no Brás, Mooca, Liberdade e Luz, além do prédio do Telégrafo Nacional (Corrêa, 1976, p. 112).*

**Quartel-general dos revolucionários – rua João Theodoro – bairro da Luz<sup>8</sup>**

E prossegue, mostrando como seu deu a estratégia inicial:

*Uma vez conseguidas aquelas posições, conforme o planejamento contido nas “ordens”, deveriam os rebeldes se apoderar dos principais edifícios públicos, palácio dos Campos Elíseos, Secretaria da Justiça e palácio do Governo. Tendo aumentado o ataque ao palácio dos Campos Elíseos, Carlos de Campos transferiu-se para a Secretaria de Justiça. No dia 7, os militares rebeldes conseguiram tomar a estação dos bombeiros sediada na Alameda Barão de Piracicaba e o Liceu Coração de Jesus, o que acabou por facilitar a tomada do palácio dos Campos Elíseos. No dia 8, à tarde, Carlos de Campos deixou a cidade (idem).*

A historiadora Ilka Stern Cohen é outra pesquisadora que demonstrou interesse pela revolução de 1924 e deu significativa contribuição à historiografia, com detalhes do bombardeio da cidade no limiar do movimento:

*O principal alvo da artilharia “revolucionária” foi o Palácio dos Campos Elísios, residência oficial do Presidente do Estado, Carlos de Campos. Com isso, o Presidente foi levado à Secretaria de Justiça, que também seria bombardeada, levando Carlos de Campos a se refugiar em Guaiaúna, localizada próxima ao bairro da Penha de França, no dia 9 de julho. Essa fuga de Carlos de Campos deu combustível aos militares envolvidos no movimento, que estavam desacreditados com os rumos*

<sup>8</sup> Hoje aqui se encontra a sede do Batalhão da Rota. Ao fundo, a chaminé projetada por Ramos de Azevedo em 1892, parte integrante da primeira usina termelétrica da cidade, que ainda hoje guarda as marcas da artilharia deixadas durante a Revolução de 1924. Acervo Fundação Energia e Saneamento. Disponível em: <<https://avidanocentro.com.br/imagens/revolta-de-1924-o-conflito-que-deixou-sao-paulo-destruida-veja-fotos/>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

*do levante, tendo em conta a demora inesperada para tomar a cidade, principalmente Isidoro Dias Lopes, que propôs o reconhecimento da derrota, indo de encontro com as posições de Miguel Costa e João Cabanas, que defendiam a continuação da luta (2007, p. 37).*

A capital paulista foi severamente castigada com bombardeios durante o raide rebelde, tendo casas e prédios destruídos, o que obrigou muitas pessoas a abandonarem a cidade em direção ao interior com o intuito de se protegerem dos ataques. Foram 23 dias de intenso combate, ocasião em que vários bairros foram bastante atingidos, interrompendo-se as comunicações telefônicas, e com um sensível corte no fornecimento de energia elétrica. Os quartéis da 2ª Região Militar e da Força Pública foram ocupados, e seus comandantes foram presos. O comando revolucionário instalou-se no quartel-general da Força Pública de São Paulo.

Este era o cenário suficiente para que, no dia seguinte ao início da revolta, o presidente Artur Bernardes solicitasse ao Congresso Nacional a decretação do estado de sítio, enviando, incontinenti, para Santos os destroieres *Alagoas* e *Bahia*, bem como o encouraçado *Minas Gerais*, com um efetivo que chegava quase que a três mil homens.

De outro lado, recrudescia a artilharia pesada dos revoltosos. Vejamos aqui o que foi narrado pelo professor Francisco Moacir Assunção Filho em sua dissertação de mestrado:

*Militares do Exército haviam tomado quartéis da Força Pública, em aliança com os oficiais desta corporação estadual, e sitiavam o Palácio Campos Elíseos. O presidente Carlos de Campos, cercado no palácio com sua guarda pessoal, comandada pelo major Marcílio Franco, e alguns civis que o apoiavam, deslocou-se para a Secretaria de Justiça, no Largo do Palácio (atual Pátio do Colégio), onde permaneceu mais um dia. A partir de pontos diferentes da cidade, os rebeldes bombardeavam o palácio, na Avenida Rio Branco. Um desses tiros de canhão Krupp, de propriedade do sublevado Quartel do Exército em Quitaúna, atingiu uma residência vizinha ao local, matando a moradora Maria Clara Gomes. Na mesma rua, uma criança, Ulisses Garcia, também foi morta ao ser atingida pelos petardos da artilharia. Logo depois, um outro tiro de artilharia, a partir da torre da Estação da Luz, já tomada pelos rebeldes, atingiu o Liceu Coração de Jesus, vizinho ao Palácio dos Campos Elíseos, ferindo um aluno, Arnaldo Petersen Barreto... Posteriormente, outro tiro de canhão disparado a partir do Largo de São Bento, abriu um buraco na parede da secretaria (do Palácio) e forçou a retirada do presidente para a vilazinha de Guaiatuna, na Penha de França, ponto final da Estrada de Ferro Central do Brasil que vinha do Rio de Janeiro (2014, p. 29).*

Sobre a participação de oficiais da Força Pública de São Paulo, José Augusto Drummond faz uma constatação:

*Não consegui levantar qualquer explicação satisfatória para a*

*predisposição rebelde de duas dezenas de oficiais da Força Pública de São Paulo. Infelizmente, o minucioso trabalho de Heloísa Rodrigues Fernandes sobre a corporação não entra nessa questão. O estudo de Dalmo Dallari também não esclarece a disponibilidade rebelde da Força Pública, que ele mesmo diz ter sido, até 1924, um “instrumento dócil” da oligarquia paulista. Mas é inegável que, do ponto de vista dos tenentes, os rebeldes da Força Pública, uma corporação militar muito bem dotada de recursos humanos, materiais e bélicos, constituíam uma importante adesão militar (1986, p. 101).*

No dia 9 de julho o palácio dos Campos Elíseos foi tomado, logo após a fuga do presidente do estado para a Zona Leste da cidade, sendo na ocasião formada uma junta militar, presidida pelo general Isidoro Dias Lopes, da qual participaram o general Augusto Ximeno de Villeroy, o marechal Odílio Bacelar Randolpho, os majores Bertoldo Klinger e Miguel Costa. Tinham como intenção entregar o governo de São Paulo ao conselheiro Antônio da Silva Prado, que fora prefeito da cidade por quatro mandatos. Este, por sua vez, declinou do convite, e segundo informações quase que testemunhais de Ciro Costa e Eurico de Góes (1924, p. 53), demonstrou surpresa

*Com a notícia de que os revoltosos de São Paulo tinham declarado haver proposto o meu nome para governador civil de São Paulo. Declaro terminantemente que não fui consultado por ninguém a esse respeito, e nada podia autorizar tal indicação, pois não aceitaria nenhuma investidura de origem revolucionária.*

Na realidade, grande parte da população periférica não tinha a menor ideia do que estava ocorrendo, pois, na confusão dos primeiros dias, os combates se deram em pleno centro da cidade. Os próprios soldados não sabiam a quem deviam ordens: *Soldados vestidos com o mesmo uniforme caqui lutavam entre si; marinheiros e guardas civis pró e contra o governo enfrentavam-se, ainda incertos quanto ao comando a que deviam obedecer*, de acordo com o que esclareceu a professora Ilka Cohen em um excelente artigo que mostra imagens impressionantes da herança do conflito (2005, p. 97).

O então presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares relata um episódio bastante interessante: dirigindo-se de automóvel ao quartel-general, junto com o prefeito Firmiano Pinto, com o intuito de parlamentar com Isidoro Dias Lopes, ambos foram parados por uma patrulha que os acompanhou à Estação da Luz. Naquela oportunidade, o cabo da Força Pública, armado com uma carabina, a certa altura perguntou ao prefeito: – *Afinal quem ganhou, fomos nós?* (Soares, 1925, p. 35).

Nada de proveitoso ocorreu daquela entrevista, mesmo porque o general Isidoro ali não se encontrava no momento, e os bombardeios continuaram, o que ensejou aos moradores de bairros bem atingidos, como o foram, além do Brás, da Mooca, da Luz, também os Campos Elíseos, Bom Retiro, São Caetano, Santana e as imediações dos quartéis, que deixassem suas casas e buscassem abrigo em

bairros mais afastados, principalmente em casas de parentes e amigos. A escassez de comida deu ensejo a saques às lojas, e tudo isto com uma certa convivência das tropas revoltadas, que na verdade pretendiam um maior apoio da população às suas reivindicações.

O tenente João Cabanas, um dos líderes revolucionários, posteriormente um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora, fazendo oposição ao governo Vargas, e que na década de 1950 foi suplente de deputado federal por São Paulo, anotou em seu livro *Os fariseus da revolução* um episódio de um saque que fora por ele mesmo autorizado, e justifica assim aquela ação:

*Tendo verificado com bastante amargura o sofrimento de grande parte da população pela escassez de gêneros alimentícios, deliberei atenuar esses sofrimentos, fazendo de qualquer modo ou meio ao meu alcance, que o comércio de produtos de primeira necessidade abrisse suas portas ao público e que este se abastecesse pelos preços correntes antes da revolução. Nesse intuito dirigi-me ao Mercado (municipal) para começar aí o que tinha deliberado. As portas do estabelecimento estavam fechadas; em volta dele uma multidão apinhava-se furiosa e rugia reclamando ingresso aos gritos. Imediatamente e com a urgência que o caso requeria, mandei chamar o administrador do mesmo e entendi-me com os negociantes das adjacências para que abrissem as portas de seus estabelecimentos.*

*Com o administrador do Mercado não tive bom êxito. Este funcionário, indiferente à desgraça do povo e à fome que o abatia já há quatro dias, não quis atender-me negando-se a comparecer à minha presença iludindo assim os meus propósitos. O momento não comportava dilações; os populares ansiosos esperavam uma resolução. Resolvi tomá-la, ordenando que se arrombassem as portas e que os gêneros ali acumulados fossem distribuídos gratuitamente pelas famílias pobres. Como o abastecimento era livre, alguns abusos foram praticados, apesar da vigilância com que procurava evitá-los. Assim é que tive o desgosto de castigar severamente alguns malfeitores e pequenos negociantes que carregavam gêneros para revendê-los fora (1924, p. 33-34).*

Gente com mais posses conseguiu fugir para o interior do estado. São os insígnies historiadores Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro quem nos pintam um quadro desse cenário:

*A cidade estava acéfala e entregue, administrativamente, à sua própria sorte. A confusão era geral. O tiroteio era contínuo. Travavam-se combates em cada esquina. Bandos armados disputavam a posse de certos edifícios públicos de maior importância. Os combatentes não podiam, nem cogitavam do policiamento. Por isso praticavam-se abusos de toda espécie. Na manhã do dia 9 de julho, no largo do Arouche, uma multidão desesperada saqueia o armazém da firma Matarazzo, levando tudo que encontra, até a última tábuca das prateleiras. Os assaltos se sucedem em vários bairros da cidade, invadindo depósitos e armazéns, principalmente na Mooca, no Bom Retiro e no Brás (1976, p. 121).*



Casa na Mooca<sup>9</sup>

Em vários pontos foram verificados combates sangrentos, sendo os feridos em sua grande maioria encaminhados à Santa Casa da Misericórdia, onde voluntários colaboravam no atendimento. A Cruz Vermelha apelava àqueles que tivessem condição de transportar os feridos em seus automóveis particulares que assim o fizessem.

No dia 10 de julho, após cinco dias de combates intensos, parecia que os revoltosos estavam senhores da situação, o que motivou a manchete de primeira página do *Jornal do Commercio* desse mesmo dia: *Levante militar. As forças sublevadas triunfaram ocupando a capital.*

Soldados e insurgentes entrincheirados no bairro do Pari – 1924<sup>10</sup>

<sup>9</sup>Fonte: <https://portaldamooca.com.br/a-mooca-e-as-revolucoes-de-1924-e-1932/#>. Acesso em: 13 abr. 2024.

<sup>10</sup> Fonte: <https://www.ambientelegal.com.br/a-revolucao-esquecida-de-1924/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

Dentro dessa confusão que se estabeleceu, com ataques, inclusive, a bairros proletários, onde grande parte da população era de operários estrangeiros, pobres, vemos que muitos, indignados, também se sublevaram e incorporaram-se nos chamados “batalhões de estrangeiros”, antevendo nesse alistamento militar uma forma de sobrevivência. De acordo com a professora Laura Christina Mello de Aquino, em sua dissertação de mestrado, esses batalhões eram formados por italianos, alemães e húngaros, mas também neles se incorporavam *integrantes da Inglaterra, Áustria, Tchecoslováquia, Polônia, Suíça, Suécia, Noruega, Dinamarca, Espanha, Rússia, entre outros, recém-chegados da Europa, tendo muitos deles enfrentado a Primeira Guerra Mundial, contribuindo com seus conhecimentos e habilidades* (1995, p. 62).

Ainda sobre a participação de imigrantes nos quadros da revolução de 1924, cabem aqui parênteses: muitos vieram para São Paulo para trabalhar na lavoura cafeeira a partir do terceiro quartel do século XIX, com grande participação no desenvolvimento dessa agricultura nas primeiras décadas do século XX, e muitos deles e seus descendentes, com a crescente industrialização da capital, passaram a residir em bairros periféricos e trabalhar na construção de edifícios comerciais, residenciais e fábricas.

Seguindo o confronto, vemos que pelo lado do governo, o presidente Carlos de Campos estabelecia uma estratégia consistindo em promover o cerco da cidade, impedindo a fuga dos revoltosos para Santos ou para o Rio de Janeiro, antevendo a chegada iminente de reforços por mar ou por terra. Isto, inclusive, pôde ser constatado na região do Vale do Paraíba, a partir da altura da cidade de Cruzeiro, onde tropas federais comandadas pelo general Eduardo Sócrates barraram a entrada de insurrectos vindos de Minas Gerais. O cerco foi completado com a ocupação do ramal da *São Paulo Railway* (que ligava São Paulo a Jundiáí), além do reforço das posições do governo no ramal que vinha de Itararé, na divisa com o Paraná.

O historiador Carlos Romani lembra em seu artigo que na manhã do dia 11, por volta das dez horas, ouviam-se assobios que vinham de longe.

*De repente, uma série de explosões fez levantar uma nuvem de poeira e fumaça sobre a cidade. Formava um círculo tendo como diâmetro o eixo da Avenida Rangel Pestana, desde o centro velho até o Brás. Mulheres gritavam, carregando no colo suas crianças ensanguentadas. Saíam de trás dos escombros e choravam ajoelhadas em frente aos familiares mortos. Uma multidão de pessoas saiu às ruas para ver o que acontecia. Velhos e crianças corriam desesperados sem entender o que se passava. A sucessão de explosões prosseguia. Os tiros vinham da extrema zona leste, das colinas da Vila Matilde, onde as tropas legalistas estavam posicionadas. O general Eduardo Sócrates ordenara o ataque com canhões e obuses lançando bombas e granadas sobre os bairros operários de São Paulo. Os petardos eram dirigidos deliberadamente sobre as zonas residenciais da Mooca, do Brás e do Belém, provocando*

*a desgraça entre as famílias de trabalhadores. No outro lado da cidade, do alto da Avenida Paulista, no Pacaembu, no Higienópolis e nos Campos Elíseos, sede do desalojado governo de Carlos de Campos, a burguesia paulistana assistia protegida ao espetáculo aéreo de chamas, ouvindo retumbar ao fundo os tiros dos canhões (2011, p. 163).*

Na confrontação sangrenta entre legalistas e revoltosos, ambos os lados recorreram ao uso de aviões para aquilatar a força dos adversários e até mesmo para lançar panfletos; mas, segundo insuspeitos testemunhos, os aviões, além de panfletos, também jogavam granadas sobre a população indefesa<sup>11</sup>.

O citado historiador Carlos Romani, com base em jornais da época e em depoimentos de sobreviventes, anotou que, tristemente, somente pobres indefesos pereceram nos ataques. E arremata que

*Posicionado no alto da Penha, da Rua Guaiaúna, o general Sócrates avistava de binóculo o tormento dos miseráveis. A estratégia do Exército era simples. Estabelecer o terror entre a população civil para que implorasse aos rebeldes que se rendessem. Lá embaixo, centenas de feridos, muitos deles mutilados, eram encaminhados para a Santa Casa já completamente abarrotada de pacientes. Pelas ruas, os cadáveres não recolhidos já empestavam o ar; enquanto parentes perambulavam a esmo em busca de seus mortos. Aproximadamente mil pessoas morreram e outras tantas milhares ficaram feridas nesse 11 de julho que ficou conhecido como o dia do “bombardeio terrificante”. Ataques menores sucederam-se nos dias seguintes, nesse exercício de guerra realizado pelo Exército, testando suas armas em cobaias humanas, civis de pouco valor (idem).*

Ciro Costa e Eurico de Góes também nos transmitem um quadro dantesco:

*Inumeráveis mortos e feridos dão entrada nos hospitais de sangue. Acumula-se o lixo pelas ruas. Reina a imundice. Apesar da tabela reduzida de preços, para os gêneros alimentícios, campeia a fome, qual uma praga imobilizadora. [...] Continuam as remoções de famílias fugitivas. [...] Em vários pontos da cidade, ostentam-se cavalos mortos e abandonados. Um cheiro pestilento invade o espaço, num prenúncio de epidemia, e tortura os olfatos (1924, p. 166).*

Bairros até então preservados, como Liberdade, Vila Mariana e Aclamação, foram atingidos pelo bombardeio aéreo. O jornalista Paulo Duarte, do jornal *O Estado de S. Paulo*, praticamente uma testemunha ocular dos acontecimentos na capital paulista, em sua obra *Agora nós!*, relata que diante dos ataques aéreos promovidos pelos revoltosos, a população da capital começou a temer o contra-ataque do governo, considerando que

11 Sabe-se que no dia 22 de julho um avião dos revoltosos teria como destino a cidade do Rio de Janeiro, onde jogaria panfletos para a população e também uma dinamite sobre o Palácio do Catete. Motivos técnicos fizeram com que pousasse na cidade de Cunha, sendo abortada a missão.

*Os civis inocentes é que tributaram com a vida a pequice dos generais do governo e a crueza mórbida desse mesmo governo. As granadas caíam a esmo, ora aqui, ora acolá, como se o objetivo só da artilharia governista fosse atirar sobre a cidade em geral, sem ponto certo. É o que aconteceu. O bombardeio durava dias e noites sem cessar; a Santa Casa se enchia de mulheres e crianças, os cemitérios pejavam-se de cadáveres e as fileiras revolucionárias não perdiam um só homem. Dir-se-ia que o governo demonstrava o seu ódio não à revolução, mas ao povo paulista (1924, p. 148).*

A professora Juliana Martins de Oliveira Santos, que estudou a revolução sob o aspecto de compreender o cotidiano da cidade, a liderança política e os confrontos militares nas ruas da capital, apontou que São Paulo começava a experimentar uma grande prosperidade, inclusive com a vinda de fazendeiros do interior do estado para bairros da cidade próximos às vias férreas, possibilitando a ida às suas fazendas com mais facilidade. Anota que, fazendo coro com a historiadora Paula Beiguelman, *esses fazendeiros investiram o seu capital na crescente atividade industrial na capital paulista, capital esse que vinha desde as atividades agrícolas mais antigas que o café, além do mercado imobiliário crescente na cidade (2019, p. 27).*

Vê, inclusive, ainda trazendo os ensinamentos de Juliana Santos, que no limiar dos anos 1910

*Já é possível observar a atividade industrial na cidade de São Paulo, nas áreas da tecelagem (Cotonifício Crespi, Companhia Industrial São Paulo, F. Matarazzo & Cia – Fábrica Mariângela, Companhia Nacional de Tecidos de Juta), a Companhia Antártica Paulista na produção de cerveja; novamente a F. Matarazzo & Cia, mas com moinho de trigo, a Vidraria Santa Marina, a Clark Ltda. no setor de calçados, entre outras, que mantiveram sua importância dentro do cenário econômico da cidade (2019, p. 28).*

**Cotonificio Crespi<sup>12</sup>**

No Brás, na Mooca e no Belenzinho vivia uma população de imigrantes praticamente recém-chegada a São Paulo, além de trabalhadores brasileiros em fábricas, morando naquelas vilas operárias. O predomínio era italiano. O Belenzinho, por exemplo, de acordo com as informações do professor Francisco Assunção Filho

*Era território das indústrias de vidrarias, como a Germânia, a Santa Maria, a Itália, a Paraíba e a Nadir Figueiredo, quase todas de propriedade de estrangeiros imigrados. O bairro, antes conhecido como Marco da Meia Légua, havia sido uma estância climática até por volta do fim do século XIX, procurado por quem tentava se curar da tuberculose, por causa do ar puro, mas em 1924 já estava bastante industrializado (2014, p. 30).*

Foram alvos certos da artilharia pesada tanto de legalistas quanto de revoltosos, que, praticamente, arrasaram esses edifícios, como se fossem eles os responsáveis pela insanidade que se abateu sobre o país por esses tempos.

Para disto se ter uma ideia, vejamos que no dia 16 de julho o presidente Carlos de Campos faz uma visita aos legalistas e, recebido pelo comandante da 2ª Bateria, o capitão Correia Lima, por este foi informado sobre alguns dados técnicos, esclarecendo que uma determinada peça atirava uma granada num raio de ação de 600 metros.

---

12 Fonte: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.html>. Acesso em: 13 abr. 2019.

**Bateria contra a cidade<sup>13</sup>**

Segundo o capitão, isto queria dizer que *duas pessoas distantes 1.200 metros, uma da outra, podem ser mortas por estilhaços de uma única granada. Numa ocasião como esta, sobre São Paulo, o melhor uso desta bateria é ficar silenciosa* (Silva e Carneiro, 1976, p. 140). Informações dos historiadores Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro dão conta de que o *presidente Carlos de Campos “empertigou-se e depois de instantes de reflexão, respondeu: “Destrua-se São Paulo, mas fique impoluto o princípio da autoridade”* (idem). De acordo com o que ainda foi narrado por Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro, o *capitão olhou para o municionador, sem dizer uma palavra e, também dali não se moveu, quando o governador do Estado se retirou. Nos dias que se seguiram aquelas Baterias não cessaram de despejar granadas sobre São Paulo* (idem).

Seguindo o curso da revolta, vejamos que no dia 17 de julho, carta do general Isidoro, como chefe das forças rebeldes, apontava os quesitos apresentados pelos revolucionários para a deposição das armas, tendo como preâmbulo:

*A entrega imediata do Governo da União a um Governo Provisório composto de nomes de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários. Exemplo: dr. Venceslau Brás. O Governo Provisório convocará, quando julgar oportuno, uma Constituinte que manterá obrigatoriamente:*

*1º - Forma de Governo Republicana Federativa.*

*7º - Proibição da reeleição do presidente da República e dos presidentes dos Estados. Do mesmo modo a mesma proibição quanto a deputados estaduais, federais e senadores, salvo se alcançarem o sufrágio de 2/3 do eleitorado comparecente* (Silva e Carneiro, 1976, p. 130).

<sup>13</sup>Fonte: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/revolucao-de-1924-a-revolta-tenentista-de-sao-paulo/>. Acesso em: 13 abr. 2024

E no correr das exigências daquela carta, pretendiam que o Governo Provisório que seria instituído estaria obrigado a:

.....  
3º - *A decretar o voto secreto.*

4º - *A realizar as reformas tributárias e aduaneiras, sendo que será proibida a participação dos agentes fiscais e alfandegários no lucro das multas e apreensões.*

*Em relação às classes armadas será exigido um absoluto respeito da administração aos direitos legais dos militares e da legislatura aos seus direitos constitucionais (idem).*

Conforme já assinalado, personalidades civis e eclesiásticas compuseram uma comissão, primeiro para tentar convencer Isidoro Dias Lopes a arrefecer os combates contra os legalistas e a população civil; em segundo lugar para solicitar ao presidente Arthur Bernardes a cessação dos bombardeios sobre a capital paulista. Essa comissão tinha à frente, além dos já mencionados prefeito Firmiano Pinto e José Carlos de Macedo Soares, também o arcebispo metropolitano, D. Duarte Leopoldo e Silva e o presidente da Liga Nacionalista, Frederico Vergueiro Steidel. Debalde seus esforços, pois o governo federal, a exemplo da resposta dos revoltosos, também não acataria essa tentativa de diálogo, dando por finda a reivindicação da comissão. Até mesmo o comandante da 2ª Região Militar, general Abílio Noronha, que fora feito prisioneiro pelos amotinados, tentou intermediar uma proposta de entendimento, fracassados também os seus esforços, considerando que Isidoro Dias Lopes impunha como condição para o diálogo a imediata deposição do presidente da República.

Carlos de Campos também manifestou o propósito de não ceder.

Os bombardeios recrudesciam e as consequências para a cidade eram desastrosas. Contudo, nada disso poderia justificar os horrores e a violência por parte das tropas federais no centro da capital. Um escritor suíço que passava férias na cidade fez anotações e cujo teor foi descrito na obra do historiador Paulo Sérgio Pinheiro:

*Mal colocou sua artilharia em posição sobre as colinas que dominam a cidade, o general Sócrates, comandante das tropas federais de cerco, desencadeou sobre a cidade aberta, da qual nenhum dos seus 800 mil habitantes havia evacuado, um bombardeio "à alemã". Soube aproveitar as lições da Grande Guerra europeia. Não tendo nenhuma catedral de Reims para demolir, Sócrates dava como alvo a seus canhões, ora um hotel reluzente de novo, ora bela fábrica moderna, ora um dos novos arranha-céus da cidade, destroçando um bonde, mandando aos ares uma confeitaria, espirrando uma escola, explodindo uma praça ou um bar... Percebia-se que os oficiais legalistas faziam isso de coração alegre. As ordens eram formais: era preciso esmagar a sedição, pior para a cidade, ela seria reconstruída (1992, p. 79).*

O já citado professor Francisco Moacir Assunção Filho resgata em sua dissertação de mestrado os cenários do período, reconstituindo a história de personagens que viveram de perto o drama do bombardeio. Disse ele que o governo federal cercou a capital paulista com um anel de ferro e fogo. A artilharia pesada do Exército atirava de hora em hora contra fábricas e bairros proletários, na tentativa de jogar o povo e os operários contra as tropas amotinadas. Segundo o professor,

*Os paulistanos demonstravam sua impotência diante da situação vivida. Se não era possível a fuga para a maioria, a única saída era permanecer, enquanto durasse a guerra, escondidos nos porões, únicos lugares em que estavam relativamente a salvo dos tiros e das bombas nas ruas. Iniciado pelo Brás e Mooca, o bombardeio se estendeu, depois, a outras regiões, como o Cambuci e Vila Mariana, onde soldados governistas e rebeldes trocavam tiros na rua. A população não tinha para onde correr, pelo que se depreende dos relatos dos moradores (2014, p. 63).*

No dia 22 de julho, o governo federal, intensificando os bombardeios, distribuiu à população o seguinte boletim:

*As tropas legais precisam agir com liberdade contra os sediciosos, que se obstinam em combater sob a proteção moral da população civil, cujo doloroso sacrifício nos cumpre evitar. Faço à nobre e laboriosa população de S. Paulo apelo, para que abandone a cidade, deixando os rebeldes entregues à sua própria sorte. É esta uma dura necessidade que urge aceitar como imperiosa, para pôr termo, de vez, ao estado de coisas criado por essa sedição, que avilta os nossos créditos de povo culto. Espero que todos atendam a esse apelo, como é preciso para se pouparem os efeitos das operações militares, que, dentro em poucos dias, serão executadas (Pereira, 2010, p. 148).*

Prenunciava-se mais violência contra a população, pois, a partir dali o que se viu foi o aumento das ações militares, com centenas de edificações destruídas ou gravemente danificadas pelos canhões enviados de trem pelo ramal que vinha do Rio de Janeiro. O cenário era dantesco, com ruas cheias de escombros, o que dificultava o socorro às vítimas, haja vista que os carros fúnebres não conseguiam circular em meio ao bombardeio inclemente. Assim, centenas de mortos foram enterrados em quintais, praças e jardins. Como informado, atendendo aos apelos do governo federal, cerca de 300 mil pessoas abandonaram a capital, refugiando-se no interior.

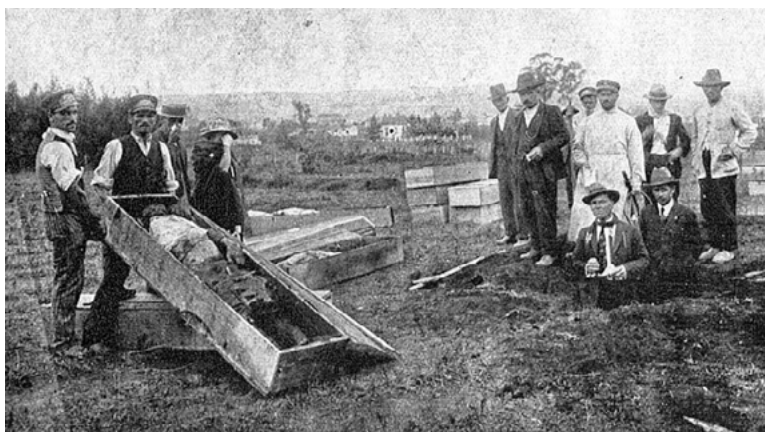
Ciro Costa e Eurico de Góes mostram um rápido panorama do que acontecia com a população mais pobre que procurava debandar da cidade através dos ramais ferroviários:

*Fugiam, de preferência, os retirantes nos trens vertiginosos que transbordavam, não só em carros de passageiros, aboletados sem distinção de classes, pelo excesso invencível e acabrunhador das lotações, mas nas chamadas gaiolas, galeras e gôndolas, em vagões fechados ou abertos, onde, nos períodos comuns, transitam os animais destinados aos matadouros e às cargas e mercadorias [...] Iam*



*premidos, raros sentados e seguros aos bancos, aos porta-chapéus, às janelas, às grades e aos breques das plataformas, entre malas e sacos* (1924, p. 68).

**Civis mortos em decorrência dos bombardeios são enterrados<sup>14</sup>**



Ainda é o professor Francisco Assunção Filho quem nos presta valiosa informação sobre o tumulto causado na cidade:

*As conseqüências da guerra travada dentro da cidade logo se fizeram sentir. Eram a fome, quando já começava a faltar comida, já que não era mais possível abastecer as prateleiras, o desemprego, por causa da destruição das fábricas, e o medo constante de morrer, atingido pelas bombas e granadas. O saque às fábricas e aos moinhos ainda em atividade, além dos mercados municipais, começaram a ocorrer. O êxodo veio na seqüência. Premidos e atemorizados pelos ataques, muitos moradores começaram, então, a fugir da cidade para não morrer* (2014, p. 66).

Chegamos, então, à última semana da revolta, quando o general Isidoro Dias Lopes, vislumbrando a fragilidade e o desânimo que tomou conta de seus comandados, tentou negociar com o governo a rendição e a desocupação do centro da cidade; em contrapartida solicitava a anistia para os revolucionários, pedido que não prosperou junto aos generais governistas. Essa decisão forçaria uma retirada rápida por parte dos revoltosos do cenário de guerra. É o professor Matheus Bino Teixeira quem nos fornece a informação de que

*Os ataques terrestres e aéreos continuaram a devastar a cidade de São Paulo, enquanto as tropas legalistas reconquistavam posições na Zona Sul e na Zona Leste. Isolados e sem perspectivas de vitória, os*

<sup>14</sup> **Fonte:** <https://www.ambientelegal.com.br/a-revolucao-esquecida-de-1924/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

*revoltosos admitiram a inutilidade dos esforços e decidiram deixar a cidade, tendo os comandantes Isidoro Dias Lopes e o major Miguel Costa organizado uma estratégia de fuga. Os militares revolucionários posicionaram bonecos de palha nas trincheiras para atrasar as tropas legalistas durante o dia, e na noite do dia 27 de julho, cerca de 3.500 soldados deixaram a cidade por meio de trens de carga na antiga São Paulo Railway, na estação da Luz (2022, p. 8).*

Em 28 de julho, dia em que muitos revolucionários deixaram a capital paulista, Isidoro Dias Lopes agradeceu à população e declarou que a semente do espírito revolucionário estava lançada, o que, efetivamente, não deixava de ser uma verdade, pois logo parte do que restou das tropas revolucionárias perseguidas embrenharam-se pelo interior do estado, em direção ao Paraná, e ali se juntaram às tropas rebeldes que vinham do Rio Grande do Sul sob o comando de Luís Carlos Prestes, o idealizador da Coluna Prestes, que durante dois anos percorreu o país pregando uma revolução social, procurando manter viva a semente lançada pelos tenentes no limiar da década de 1920.

No dia 29, com a vitória das forças legalistas, o presidente Carlos de Campos retornou ao palácio dos Campos Elíseos<sup>15</sup>. A cidade quase que totalmente arrasada, vilipendiada, enlutada, buscava retomar a sua normalidade.

### **Considerações finais**

Ainda que muitos insistam – e não sem alguma razão – que a revolução de 1924 em São Paulo se fez em consideração estritamente às ideias dos militares para apearem do poder o presidente Arthur Bernardes, é importante considerar que um desdobramento da rebelião teve, como chamou José Augusto Drummond, *um importante eco civil* (1986, p. 115), com a união de opositoristas de várias origens em uma Sociedade Invisível de Ação Política, que redundou, em fevereiro de 1926, na criação do núcleo do Partido Democrático de São Paulo.

A grande verdade é que quando os revolucionários fugiram de São Paulo, os paulistanos é quem sofreram com a punição que, segundo o manifesto deixado por Isidoro Dias Lopes, não era intenção do grupo, e sim *o desejo de poupar a cidade de uma destruição desoladora, grosseira e infame, e de poupar à nossa querida e gloriosa pátria um vexame tremendo que a todos nos constrangeria* (Silva e Carneiro, 1976, p. 137).

---

15 O Palácio dos Campos Elíseos, então sede do governo do estado de São Paulo até o ano de 1965, na Avenida Rio Branco, 1269, hoje tem como hóspede o Museu das Favelas.



Anna Maria Martinez Corrêa conclui sua obra afirmando que os integrantes da revolução de 1924 não levaram muito em consideração o apoio popular, nem se desligaram suficientemente do governo do Rio de Janeiro, assim o movimento não teria condição de sobreviver, aliando-se ao fato de que *a posição dos velhos setores, mais conservadores, era ainda bastante sólida para que um movimento dessa natureza viesse abalá-la* (1976, p. 187).

A professora está coberta de razão em sua lúcida análise, porque, como informa, a solidez das oligarquias agroexportadoras da República Velha manteve-se inalterada, seu patrimônio não restou, em momento algum, diminuído ou diluído com a insensatez daquele movimento. Mas o legado de vinte e três dias de batalhas, 503 mortos, 4.846 feridos (na maioria civis) e mais de 20 mil desabrigados, além de quase 2.000 imóveis completamente destruídos, não pode ser esquecido, ainda mais quando vemos que foram brasileiros lutando contra brasileiros. Os números representam o saldo de um episódio pouco conhecido, mas de importância histórica para a cidade de São Paulo, que completa cem anos neste 5 de julho, ainda que as marcas daquele conflito não estejam hoje muito visíveis.

O movimento tenentista da década de 1920 demonstrou a rebeldia militar contra as práticas políticas adotadas pelas oligarquias regionais durante a República Velha. As ações da jovem oficialidade armada em 1922, ainda que sem uma ideologia clara, una e coesa, as contestações ao sistema oligárquico visando à moralização das práticas políticas do país prosseguiram em 1924 e em 1926.

Edgard Carone lembra que nessas duas revoltas os tenentes praticamente *Propagavam a defesa e valorização do Exército, da liberdade de opinião e imprensa, do voto secreto, do equilíbrio entre os poderes, da instrução pública, do acesso à justiça, da mudança do sistema de nomeação dos magistrados, entre outros, além da crítica aos vícios do sistema oligárquico como o nepotismo, a “incompetência técnica” na administração, a “falta de integridade moral”, a “perversão dos costumes políticos”, entre outros (1975, p. 275).*

Especificamente com relação à revolta de 1924, observamos pela historiografia que, pelo menos até os anos 1960, havia esquecimento e absorção. Esquecimento oficial, simbolizado pela ausência de referências ao acontecimento em datas e monumentos oficiais. Absorção historiográfica, com algumas exceções, por meio da assimilação da rebelião no conjunto do movimento dos tenentes.

Ainda com relação a esse “esquecimento”, é o professor Adelino Martins quem traz importante conclusão em um de seus artigos, considerando, inclusive, que a revolta de 1924 teve um viés completamente diferente da motivação de 1932 na mesma cidade de São Paulo. Para o referido professor

*A produção oficial do esquecimento a respeito da rebelião de 1924 decorre de várias causas. Sim, houve sofrimento suficiente para que não haja o que comemorar. E, sim, a elite política paulista não protagonizou a rebelião. Porém, em nosso entendimento, há que se considerar a intensa e coordenada atividade da elite política paulista, no Executivo e no Congresso Legislativo, para consignar em textos e normas oficiais a execração da rebelião, de suas motivações e de suas consequências. Por fim, é preciso ter em conta, que o projeto político do movimento de 1924 era oposto aos valores que nortearam o movimento político consagrado pela memória oficial paulista, a Revolução Constitucionalista de 1932 (2012, p. 28).*

Porém, diante de tanta violência, devastação, mortes e danos irreparáveis ao patrimônio público, o movimento tenentista não estava inteiramente sufocado. O levante se estendeu a várias cidades do interior, como Campinas, Jundiaí, Itu, São Carlos, Botucatu, Araras, São José do Rio Preto e Pirassununga. Estimulou movimentos em outros estados: Mato Grosso (12 de julho), Sergipe (13 de julho), Amazonas (23 de julho), Pará (26 de julho) e a revolução do Rio Grande do Sul (29 de outubro).

Contudo, a repressão movida pelo governo federal foi enérgica: cerca de 10 mil pessoas foram presas, incluindo tenentes, anarquistas, comunistas, sindicalistas e simpatizantes, todos enviados para as ilhas de Trindade, Grande e Fernão de Noronha, transformadas em presídios.

No entanto, não podemos olvidar que essas revoltas legaram nomes importantes para a vida pública brasileira e, na análise dos participantes das duas sedições – 1922 e 1924 –, com ramificações para outros estados da federação, podemos realçar nomes como os de Eduardo Gomes, Antônio de Siqueira Campos e os irmãos Juarez e Joaquim Távora. Isidoro Dias Lopes participou ativamente

de outros movimentos revolucionários, e, mesmo anistiado pelo governo Vargas, no ano de 1934, retornou ao Brasil, depois de um exílio em Portugal por sua participação na Revolução Constitucionalista de 1932, tentando uma retomada com a Intentona Comunista de 1935, sendo a mesma sufocada, presos os seus líderes, o que ocasionou a retirada de Isidoro do cenário político brasileiro.

Miguel Costa, que era major da cavalaria da Força Pública de São Paulo, também participou ativamente da Coluna Prestes, que em um determinado momento passou a se chamar “Coluna Miguel Costa-Prestes”. Também perdeu a patente militar e a cidadania (era uruguaio de nascimento) com o término da Intentona Comunista e a implantação do Estado Novo. Somente em 1959 recuperou a cidadania brasileira, pouco antes de falecer.

João Cabanas, diferentemente dos outros revoltosos, não participou diretamente da Coluna Prestes, foi exilado no Uruguai e também fez oposição ao governo Vargas. Um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora. Foi suplente de deputado federal em dois mandatos. Autor de obras como *Os fariseus da Revolução* e *A Coluna da Morte*.

A jovem oficialidade do Exército procurou, nos anos 1920 e 1930, de alguma forma, tentar sacudir o empoeirado *establishment* que se prolongava na política brasileira desde meados do século XIX. A eles coube o papel de se tornarem “soldados-cidadãos”, ou seja, também participarem dos destinos políticos e econômicos da nação, não se subjugando às alternativas desenhadas pelos latifundiários, senhores e propagadores da política do café com leite. As rebeliões de 1922 e 1924 foram um alerta nacional para isto. O que aconteceu em 1930 nada mais foi do que um eco daquilo que pediam os tenentes de Copacabana e de São Paulo, secundados por todos aqueles outros esporádicos movimentos vindos daqui e dali do território brasileiro.

## Referências

AQUINO, Laura Christina Mello de. *A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

ASSUNÇÃO FILHO, Francisco Moacir. *1924 – Delenda São Paulo: a cidade e a população vítimas das armas de guerra e das disputas políticas*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BARROS, José D’Assunção. A Escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo. *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, ICHS/UFMT, v. 3, jan/jun, 2010.

BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954) – síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1964.

CABANAS, João. *Os fariseus da revolução*. Assunção, 1926.

CARONE, Edgard. *O tenentismo: acontecimentos – personagens – programas*. São Paulo: Difel, 1975.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COHEN, Ilka Stern. *Bombas sobre São Paulo: a Revolução de 1924*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

COHEN, Ilka Stern. Imagens de 1924. *Studium*, Campinas, n. 21, p. 88–106, 2005. DOI: 10.20396/studium.v0i21.12224. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/studium/article/view/12224>>. Acesso em: 4 abr. 2024.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

COSTA, Ciro; GÓES, Eurico de. *Sob a metralha: história da revolta de São Paulo*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.

DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: a intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUARTE, Paulo. *Agora nós!* chronica da revolução paulista, com os perfis de alguns heroes da retaguarda. São Paulo, 1927.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 1, p. 313-350.

MARTINS, Adelino. *Negregada revolta*. 2012. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=238>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

PEREIRA, Duarte Pacheco. *1924 – O diário da revolução – os 23 dias que abalaram São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROMANI, Carlos. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. *Topoi*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 161-178, jul.-dez., 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/9xSMsYPZSdzbt7fM5gwH7tg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do tenentismo*. 3.ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

SANTOS, Juliana Martins de Oliveira. *Entre bombas: cotidiano da cidade de São Paulo durante a revolução de 1924*. 2019. (Monografia de conclusão de curso) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *O poder civil*. São Paulo: Editora Três, 1975.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Justiça*. Revolta militar de São Paulo. Paris, 1925.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Da planície à borda do altiplano. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

TEIXEIRA, Matheus Bino. Julho de 1924: a “Revolta Esquecida” na cidade de São Paulo. *Revista de História da UEG*. Morrinhos, Goiás, v. 11, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/12308/9089>>. Acesso em: 25 mar. 2024.